

UTE DAIA

Justificativa de débito liquidação de Penalidades – Jan/2023

“1. Conforme salientado em expedientes anteriores, a UTE-DAIA estava no aguardo de julgamento do recurso de apelação, interposto em face da sentença que encerrou a Ação de Recuperação Judicial da Usina, conforme consta no Processo nº 0134579.80.2012.8.09.0051 em trâmite na 6ª Vara Cível da comarca de Goiânia-GO.

2. Por oportuno, ressalte-se que, vinculado ao feito recuperacional, há processos de habilitação e impugnação de créditos, circunstância que poderá, eventualmente, ocasionar em novos créditos para credoras da UTE-DAIA, sendo que esses serão adimplidos conforme o Plano de Recuperação Judicial, o qual prevê a utilização de toda Receita Fixa da UTE-DAIA.

3. Ao analisar o recurso, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás deu provimento ao recurso para reconhecer ser devida a atuação do Parquet como Custos Legis, tendo sido determinado o retorno dos mencionados autos para a primeira instância para que ocorra a convalidação, retificação e repetição dos atos processuais do feito recuperacional.

4. Recentemente, o Administrador Judicial e o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, respectivamente nos Eventos 159 e 204 daqueles autos, reconheceram a viabilidade econômica da UTE-DAIA e pugnaram pela repetição de somente alguns seguintes atos processuais. Assim, o Nobre Magistrado condutor do feito recuperacional irá apreciar as manifestações supramencionadas, sendo que provavelmente irá convalidar a maioria dos atos processuais do feito recuperacional, circunstância que por si só obsta a imposição da penalidade em comento neste expediente.

5. Nesse ensejo, com o desiderato de obstar em definitivos as diversas condutas contrárias ao soerguimento das suas atividades econômicas, a UTE-DAIA buscou o Poder Judiciário e protocolou o processo nº 5393354.09.2018.8.09.0051, tendo obtido decisões judiciais favoráveis que impedem a prática de atos que possam impedir o funcionamento da usina termelétrica da Recuperanda UTE-DAIA, sendo que a imposição da indevida penalidade mencionada neste expediente poderá, como é fato notório daqueles atuantes no mercado energético, resultar na determinação de desligamento da usina geradora e assim violar o teor das decisões judiciais supramencionadas.

6. Por derradeiro, mediante uma análise ponderada dos fatos, verifica-se que a penalidade por insuficiência de lastro de energia não merece prosperar por causa da sua inexigibilidade, sendo que essa indevida penalização decorre de uma situação indesejada de ausência de equilíbrio econômico-financeiro da execução da contratação pública firmada pela UTE-DAIA.

7. Face ao exposto, a CCEE deve suspender imediatamente a aplicação de quaisquer penalidades, incluso a cobrança de penalidades indevidas decorrentes de situação de ausência de equilíbrio econômico-financeiro da execução da contratação pública firmada pela UTE-DAIA, bem como qualquer procedimento administrativo de desligamento da UTE-DAIA, visto que esses atos administrativos impostos pela CCEE



*contrariam as decisões judiciais, especialmente o recente decisum na Ação de Tutela Provisória proferida pelo juízo universal da Recuperação Judicial da UTE-DAIA.
Atenciosamente,”*